

RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.367 - ES (2016/0309151-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : AGENOR BORTOLON
RECORRENTE : HELOISA HELENA MONJARDIM BORTOLON
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO ZOVICO - ES008735
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. COBRANÇA DA TAXA DE OCUPAÇÃO. ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP 1.133.696/PE, REL. MIN. LUIZ FUX, DJE 17.12.2010. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por AGENOR BORTOLON e outro, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. TAXA DE OCUPAÇÃO. TERRENOS DE MARINHA DECRETO-LEI 9.760/46. DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE DOS CRÉDITOS ANTERIORES À LEI 9.821/99. APELAÇÃO DA UNIÃO PROVIDA. RECURSO ADESIVO NÃO PROVIDO.

1 - Se insurge a União contra a parte da sentença que considerou ter havido a decadência do seu crédito (receita patrimonial, não tributário), com relação ao ano de 1995 O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos, decidiu que os créditos anteriores à edição da Lei nº 9.821/99 não estavam sujeitos à decadência, Decadência inexistente. Apelação da União provida.

2 - Fundamenta a presente demanda a alegação de que os embargantes são legítimos proprietários, e não simplesmente ocupantes, do imóvel relacionado à taxa de ocupação em questão, sendo, de conseguinte descabido o lançamento de ofício efetuado pela Secretaria de Patrimônio da União. Alegação que não merece prosperar. Conforme bem salientado na sentença e no parecer ministerial, "após compulsar os documentos que trazem toda a cadeia de transferência de propriedade em discussão (...) o imóvel localizado na Avenida Vitória, 1400, Jucubuquara, Vitória/ES, está localizado em área de marinha. Ou acrescida de marinha, hajam vista as certidões constantes dos autos.

3 - Também não merece acolhida a pretensão de que a alíquota da

taxa de ocupação seja diferente de 5 % (cinco por cento), nos termos inciso II do artigo 1º. do DL 2.398/87. Assim porque não logrou a parte embargada comprovar que o imóvel é foreiro, de modo a justificar a aplicação do percentual de 0,6 % (zero vírgula seis por cento).. Vale notar que na inicial dos presentes embargos (item "2"), pretende-se que seja reconhecido que os "Embargantes têm direito na Revigoração do Aforamento da área por eles adquiridas de boa fé junto ao Banestes (...)", pedido este que escapa à via estreita dos embargos à execução conforme, aliás, bem observado na impugnação da União . Alega-se ali (fl. 5) que, após a ciência de que o imóvel já ter pertencido à União, na forma de aforamento, protocolou o embargante, administrativamente, pedido de revigoração de aforamento. Desta forma, da própria exordial depreende-se que o imóvel em questão não é foreiro, tendo se requerido a revigoração do aforamento, tanto administrativamente quanto judicialmente. através da presente.

4 - Apelação da União provida. Recurso adesivo da parte embargante desprovido.

2. Inconformados, os recorrentes alegam ofensa ao art. 1o. do Decreto 20.910/1932 ou 47 da Lei 9.636/1998; bem como ao art. 174 do CTN, sustentando (a) a incidência do prazo quinquenal a atrair a decadência do direito perquirido pela União; (b) seja reconhecido *ex officio* o direito de aforamento dos recorrentes sobre o imóvel de sua propriedade.

3. Contrarrazões às fls. 481/488.

4. É o relatório.

5. Primeiramente, quanto ao direito de aforamento, verifica-se que a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, posto que, para a reversão do julgado na forma pretendida, seria indispensável a reapreciação das premissas fáticas adotadas pelas instâncias ordinárias que, expressamente, afirmaram não ser o imóvel em questão foreiro.

6. No mais, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento exarado pela Primeira Seção desta Corte Superior, em julgamento submetido ao art. 543-C do Código Buzaid, no sentido de que (a) o prazo prescricional, anteriormente à edição da Lei 9.363/98, era quinquenal, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32; (b) a Lei 9.636/98, em seu art. 47, institui a prescrição

*quinqüenal para a cobrança do aludido crédito; (c) o referido preceito legal foi modificado pela Lei 9.821/99, que passou a vigorar a partir do dia 24 de agosto de 1999, instituindo prazo decadencial de cinco anos para constituição do crédito, mediante lançamento, mantendo-se, todavia, o prazo prescricional quinqüenal para a sua exigência; (d) **consectariamente, os créditos anteriores à edição da Lei 9.821/99 não estavam sujeitos à decadência, mas somente a prazo prescricional de cinco anos (art. 1º do Decreto 20.910/32 ou 47 da Lei 9.636/98); (e) com o advento da Lei 10.852/2004, publicada no DOU de 30 de março de 2004, houve nova alteração do art. 47 da Lei 9.636/98, ocasião em que foi estendido o prazo decadencial para dez anos, mantido o lapso prescricional de cinco anos, a ser contado do lançamento. Confira-se:***

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TERRENOS DE MARINHA. COBRANÇA DA TAXA DE OCUPAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECRETO-LEI 20.910/32 E LEI Nº 9.636/98. DECADÊNCIA. LEI 9.821/99. PRAZO QUINQUENAL. LEI 10.852/2004. PRAZO DECENAL MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. ART. 8º, § 2º, DA LEI 6.830/80. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, CPC. INOCORRÊNCIA.

1. ***O prazo prescricional, para a cobrança da taxa de ocupação de terrenos de marinha, é de cinco anos, independentemente do período considerado, uma vez que os débitos posteriores a 1998, se submetem ao prazo quinquenal, à luz do que dispõe a Lei 9.636/98, e os anteriores à citada lei, em face da ausência de previsão normativa específica, se subsumem ao prazo encartado no art. 1º do Decreto-Lei 20.910/1932. Precedentes do STJ: AgRg no REsp 944.126/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/02/2010; AgRg no REsp 1035822/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 18/02/2010; REsp 1044105/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 14/09/2009; REsp 1063274/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 04/08/2009; EREsp 961064/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Rel. p/ Acórdão Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2009.***

2. *A relação de direito material que enseja o pagamento da taxa de ocupação de terrenos de marinha é regida pelo Direito Administrativo, por isso que inaplicável a prescrição delineada no Código Civil.*

3. *O art. 47 da Lei 9.636/98, na sua evolução*

legislativa, assim dispunha: *Redação original: "Art. 47. Prescrevem em cinco anos os débitos para com a Fazenda Nacional decorrentes de receitas patrimoniais. Parágrafo único. Para efeito da caducidade de que trata o art. 101 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, serão considerados também os débitos alcançados pela prescrição."* *Redação conferida pela Lei 9.821/99: "Art. 47. Fica sujeita ao prazo de decadência de cinco anos a constituição, mediante lançamento, de créditos originados em receitas patrimoniais, que se submeterão ao prazo prescricional de cinco anos para a sua exigência. § 1º O prazo de decadência de que trata o caput conta-se do instante em que o respectivo crédito poderia ser constituído, a partir do conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial, ficando limitada a cinco anos a cobrança de créditos relativos a período anterior ao conhecimento. § 2º Os débitos cujos créditos foram alcançados pela prescrição serão considerados apenas para o efeito da caracterização da ocorrência de caducidade de que trata o parágrafo único do art. 101 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, com a redação dada pelo art. 32 desta Lei."* *Redação conferida pela Lei 10.852/2004: "Art. 47. O crédito originado de receita patrimonial será submetido aos seguintes prazos: I - decadencial de dez anos para sua constituição, mediante lançamento; e II - prescricional de cinco anos para sua exigência, contados do lançamento. § 1º O prazo de decadência de que trata o caput conta-se do instante em que o respectivo crédito poderia ser constituído, a partir do conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial, ficando limitada a cinco anos a cobrança de créditos relativos a período anterior ao conhecimento. § 2º Os débitos cujos créditos foram alcançados pela prescrição serão considerados apenas para o efeito da caracterização da ocorrência de caducidade de que trata o parágrafo único do art. 101 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, com a redação dada pelo art. 32 desta Lei."*

4. *Em síntese, a cobrança da taxa in foco, no que tange à decadência e à prescrição, encontra-se assim regulada: (a) o prazo prescricional, anteriormente à edição da Lei 9.363/98, era quinquenal, nos termos do art. 1º, do Decreto 20.910/32; (b) a Lei 9.636/98, em seu art. 47, institui a prescrição quinquenal para a cobrança do aludido crédito; (c) o referido preceito legal foi modificado pela Lei 9.821/99, que passou a vigorar a partir do dia 24 de agosto de 1999, instituindo prazo decadencial de cinco anos para constituição do crédito, mediante lançamento, mantendo-se, todavia, o prazo prescricional quinquenal para a sua exigência; (d) conseqüentemente, os créditos anteriores à edição da Lei nº 9.821/99 não estavam sujeitos à decadência, mas somente a prazo prescricional de cinco anos (art. 1º do Decreto nº 20.910/32 ou 47 da Lei nº 9.636/98); (e) com o advento da Lei 10.852/2004, publicada no DOU de 30 de março de 2004, houve nova alteração do art. 47 da Lei 9.636/98, ocasião em que foi estendido o prazo*

Superior Tribunal de Justiça

decadencial para dez anos, mantido o lapso prescricional de cinco anos, a ser contado do lançamento.

(...)

13. *Recurso Especial provido, para afastar a decadência, determinando o retorno dos autos à instância ordinária para prosseguimento da execução. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (REsp. 1.133.696/PE, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 17.12.2010).*

7. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial dos Particulares.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR